

Processo: 7077/2020

Requerente: A3 D Comércio Eireli EPP.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Presencial n. 020/20-II (Processo Licitatório n. 12.784/2018)

À Secretaria de Saúde;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente em 28 de abril de 2020 acerca do Edital do Pregão Presencial n. 020 de 2020 (Processo Licitatório n. 12.784/2018), que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de ambulâncias para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Friburgo.

Em síntese, a empresa alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no edital, tendo em vista que o item 4.1.4 do edital limita o certame à participação de produtor (fabricante) ou concessionário (distribuidor), na forma da Lei 6729/79 (Lei Ferrari), requerendo seja suprimida tal cláusula e incluída no edital a previsão de que o veículo poderá ser fornecido por empresa que realize o primeiro emplacamento em nome próprio com a posterior transferência à municipalidade, devendo ser considerada as condições de uso do mesmo (veículo não rodado) e não a quantidade de transferência dominial do bem.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 34, encaminhou o procedimento à Secretaria de Saúde, pasta requisitante e responsável pela elaboração do termo de referência e edital, para manifestação de sua expertise.

Por sua vez, a Secretaria de Saúde encaminhou o procedimento para análise desta Procuradoria, solicitando orientação jurídica.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 28/04/2020 é tempestiva, em conformidade com o art. 41, § 2º da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 07/05/2020.

No mérito, s.m.j., não assiste razão à impugnante.

Em pesquisa acerca do tema, verifica-se que a definição de veículo novo adotada pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei n. 9.503/97), pelo CONTRAN e pelos órgãos Estaduais de Trânsito (DETRAN RJ e outros) deve se pautar pela definição da Lei Ferrari (Lei n. 6.729/79), conforme entendimento da Controladoria Geral da União - CGU¹:

“Art. 120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da Lei.”

“Deliberação CONTRAN nº 64, de 24 de maio de 2008: Anexo 2.12 – “VEÍCULO NOVO”. – veículo de tração, de carga e

¹ Pedido de Esclarecimento n. 02 – PE n. 01/2014: http://www.cgu.gov.br/sobre/licitacoes-e-contratos/licitacoes/tipos/pregao/exercicios-anteriores/2014/pregao-no-01-2014/pedido-de-esclarecimento-02/@@download/file/pregao_01_pedido_de_esclarecimento_02.doc

transporte coletivo de passageiro, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento.”.

“No Ofício nº 0293/2011/GRCV/RENAVAM/DT/AME, de 02 de junho de 2011, informa que veículo novo (zero quilometro) é aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito a regras impostas pelo Código de Transito Brasileiro - CTB”. Como deixa claros os DETRAN dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Maranhão e Manaus, o primeiro emplacamento só pode ter origem em duas situações: (i) aquisição do veículo ao fabricante; e (ii) aquisição do veículo ao concessionário. Fora dessas situações, o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo.

E a razão disso é muito simples. **Como a venda do veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fábrica a consumidor final, e este, nos termos do art. 120, do CTB, tem a obrigação de registro o veículo perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de seu domicílio ou residência, a conclusão irrefutável é de que o veículo que, adquirido da concessionária, é revendido somente ser transferido ao novo comprador após o seu registro e licenciamento.**

Assim, aquele que pretende revender um veículo adquirido de uma concessionária tem a obrigação de, primeiramente, registrar e licenciar o veículo em seu nome, e, somente após essa providencia, repassá-lo a um terceiro, através do preenchimento do recibo de transferência – quando o veículo, obviamente, não será mais considerado novo (tudo isso foi explicado ao Pregoeiro através da Nota de Esclarecimento).”

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no processo TCE-RJ n. 207.413-7/19², enfrentou a questão, acolhendo a análise elaborada pelo Corpo Técnico, com fundamento no disposto no Anexo da Deliberação n. 64/2008 do Contran c/c a Lei Federal n. 6.729/79, bem como no entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo concluído que a “Lei Ferrari”, ao disciplinar a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos, **veda a venda de veículos novos para revendas:**

“Inicialmente cabe destacarmos que o objeto da licitação visa aquisição de veículos novos, do tipo zero km. O conceito de veículos novos se encontra disciplinado no anexo da Resolução do CONTRAN nº 290, de 2008, sendo aqueles sujeitos ao primeiro emplacamento. Deste modo, o veículo passa ser usado a partir do momento em que é registrado e licenciado para circulação.

De acordo com o esclarecimento prestado pela Prefeitura, a nota fiscal do veículo deverá ser emitida em seu nome, o que só é possível se o licitante vencedor for o fabricante e/ou concessionária.

² Processo nº 207.413-7/19, Relator RODRIGO MELO DO NASCIMENTO, GC-7, em 22 / 05 / 2019.

De fato, a Lei 6.729/79, conhecida como “Lei Ferrari”, ao disciplinar a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos, veda a venda de veículos novos para revendas, sendo seu público alvo apenas o consumidor final, conforme segue:

“Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.”

Desta forma, **caso a Administração permita a participação de revendas não detentoras de concessão comercial das produtoras, a Administração não seria a consumidora final, fugindo da definição de veículo novo.**”

O Tribunal de Contas da União (TCU) também enfrentou a questão por meio do Acórdão 1630/2017-TCU-Plenário, fundamentado na análise da unidade técnica nos autos do Processo TC 009.373/2017 – que diligenciou o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) com vistas ao saneamento das questões atinentes à conceituação de veículos “novos” e “0 (zero) km” –, tendo concluído no sentido de que o primeiro emplacamento somente pode se dar quando da aquisição de veículo junto ao fabricante ou lojas de revenda formalmente credenciadas pelos fabricantes:

“36. O Contran, por sua vez, em resposta à diligência solicitada (peça 34), encaminhou Ofício 2.134/2017, datado de 5/7/2017, informando:

a) nos casos em que há aquisição de veículo “zero quilômetro” é necessário o emplacamento do veículo por parte da revenda não autorizada (em seu nome, com posterior transferência) ou o veículo terá seu primeiro registro nos órgãos de trânsito em nome da Administração Pública?

Resposta: O veículo deverá ser registrado em nome da pessoa jurídica que consta da nota fiscal emitida pela fabricante/concessionária do veículo. **Assim, esclarecemos que o veículo deverá ser emplacado e registrado pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.**

b) o veículo “zero quilômetro” adquirido de revenda não autorizada poderia ser considerado como “de segundo dono”?

Resposta: **Sim.**

c) **caso haja registro em nome da revenda não autorizada, o veículo deixa de ser “zero quilômetro” ou “novo”, apenas em razão do registro?**

Resposta: O simples fato de o veículo ser registrado em nome da revendedora não retira a característica de veículo “zero quilômetro”. **Todavia, a partir do momento em que o veículo sai**

da fabricante/concessionária (ou revenda autorizada) deixa de ser um veículo novo.

37. Diante dos esclarecimentos encaminhados pelo Contran, e resgatando a análise efetuada na instrução anterior (peça 30), replicada nos itens 9-21 desta instrução, resta elucidada o cerne da questão, qual seja, saber se há necessidade de emplacamento por parte dos revendedores independentes. De acordo com o Contran, os veículos, objetos do certame, deverão ser emplacados e registrados pela revenda não autorizada junto ao órgão executivo de trânsito.

38. Dessa forma, **os argumentos apresentados pelo Senac/SP possuem razoabilidade, no que concerne à impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da Lei 6.729/1979 (Lei Ferrari), posto que, segundo seus art. 1º e 2º, veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor).**

39. Também se deve considerar consonante com a lei, pois devidamente ratificado pelo Contran, que as empresas comerciantes de veículos ficariam caracterizadas como consumidores finais, uma vez que, por não serem concessionárias autorizadas, nem fabricantes, seriam obrigadas a registrar, licenciar e emplacar os veículos obtidos de fábricas/concessionárias autorizadas.

40. Diante disso, **de acordo com a Lei Ferrari, uma concessionária não autorizada, se eventualmente vencedora do certame em análise, estaria revendendo veículos seminovos, ou “de segundo dono”, mesmo que “zero quilômetro” ao Senac/SP, o que, definitivamente, não é o objeto buscado pela Concorrência 11.211/2017.”**

Portanto, tendo em vista que o objeto do certame é a aquisição de veículo novo, não será permitida a participação de revendedores, diante da impossibilidade de revenda não autorizada de veículos novos, pela prevalência da Lei 6.729/1979 (Lei Ferrari), segundo a qual veículos novos somente podem ser comercializados pelo produtor (fabricante) ou por concessionário (distribuidor).

Por todo o exposto, opina-se pelo não acolhimento da presente impugnação, bem como pela remessa à Secretaria de Saúde para ciência e prosseguimento do certame.

Nova Friburgo, 04 de maio de 2020.

Rodrigo de Lima Carvalho
Subprocurador de Processos Administrativos
Mat. 200.0023